



A DESGOVERNANÇA MUNDIAL DA SUSTENTABILIDADE

Lucelia Mildemberger



RESENHA

VEIGA, José Eli da. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2013. 152 páginas.

Sobre o autor

José Eli da Veiga, nasceu em São Paulo, em 1948. Possui graduação em agronomia pela Escola Superior de Engenheiros e Técnicos para a Agricultura, mestrado em economia agrícola pela Universidade Paris-Sorbonne e doutorado pela Universidade Paris 1 Pantheon-Sorbone, na França, entre 1969 e 1979.

É professor titular da Universidade de São Paulo no Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), por mais de trinta anos.



Além de 46 artigos em periódicos nacionais e internacionais, 50 capítulos de obras coletivas, é autor de 29 livros publicados, entre os quais, *O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra* (2019), *Amor à Ciência – Ensaio sobre o Materialismo Darwiniano* (2017), *Para Entender o Desenvolvimento Sustentável* (2015) e *O Imbrólio do Clima: Ciência, Política e Economia* (2014). É colunista do jornal *Valor Econômico*, da revista *Página22* e da *Radio USP*.

Sobre a obra

A obra, escrita em português, está dividida em quatro capítulos além do epílogo, tabelas, bibliografia, agradecimentos e notas sobre o autor. Nela o autor apresenta a evolução histórica da sustentabilidade entrelaçada com o desenvolvimento. No decorrer do livro o autor apresenta duas perspectivas, uma delas trata das novas iniciativas em prol da preservação do meio ambiente desde a década de 1970 e a outra, trata das velhas ações em prol do desenvolvimento. Além disso, o autor incita a reflexão de que o desenvolvimento sustentável não pode ser resultado meramente da coexistência entre estas duas perspectivas.

No primeiro capítulo, intitulado *Governança Global do Desenvolvimento*, o autor trata de esclarecer a origem histórica do uso do termo *Governança Global*. São apresentados os eventos históricos que marcaram a trajetória da gestação na década de 1920 com a Paz de Versalhes, passando pela legitimação do termo *Governança Global* em 1980 até os dias atuais.

No final do primeiro capítulo, o autor apresenta três problemas envolvendo o debate sobre a governança global do desenvolvimento. O primeiro, são as desigualdades, tanto políticas quanto econômicas, demonstradas pela incapacidade de colocar em prática ações para a equidade e redução da pobreza. O segundo, são as tendências de mudança, que se baseia no excesso de otimismo com que é esperado que o projeto de sustentabilidade leve a comunidade global a repensar o desenvolvimento. O terceiro, é o da sua própria arquitetura organizacional que enfrenta a inércia institucional que adia decisões importantes.

No capítulo 2, intitulado *Governança Ambiental Global*, o autor explica que a virada histórica que levou a comunidade internacional a focar nos cuidados com o meio ambiente foi a partir da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o tema que lançou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em Estocolmo em 1972. O autor explica a resistência dos países do terceiro mundo, do bloco soviético e da China quando ao PNUMA desconfiando de que era armação para dificultar a operações dos países mais pobres. O autor enfatiza o papel de destaque que o PNUMA desempenhou, mesmo que contando com algumas complicações, para que aumentasse a atenção da comunidade internacional para os problemas ambientais e preservação do meio ambiente, oriundos do desenvolvimento econômico.

No final do capítulo o autor repete os três problemas identificados no final do capítulo 1, ou seja, desigualdades, tendências de mudanças e arquitetura organizacional.

No capítulo 3, intitulado *Consequências, Projeções e Previsões*, o autor apresenta uma crítica sobre a governança ambiental global pelo fato do projeto de desenvolvimento sustentável ainda não ter se tornado realidade. Os fatos e os resultados das pesquisas científicas mostram que a situação é grave, principalmente sobre as consequências iminentes da mudança do clima. Apesar disso, os tomadores de decisão, mesmo reconhecendo a necessidade de cortar as emissões globais, ainda relutam em colocar em prática as ações necessárias para evitar o aumento da temperatura. Em função do que o autor chama de “incessante otimismo”, nem



tecnologia, nem inovação, foram capazes de reduzir a pressão sobre os recursos naturais. Talvez, o que motive a virada de chave seja, justamente, a tese de que o crescimento econômico se torne inviável por falta dos recursos naturais. Alguns autores afirmam que tal limitação acontecerá ainda neste século. Por outro lado, apesar de alguns cientistas afirmarem que uma mudança de estado no âmbito planetário é altamente possível e inevitável, não deixam claro que isso pode acontecer no curto prazo. E, talvez por isso, a sustentabilidade ainda não tenha ocupado o devido espaço na priorização da governança global, tal qual a segurança e economia normalmente ocupam.

No capítulo 4, intitulado “Dá para entender?”, o autor argumenta que houve falha na tradução e interpretação do terceiro princípio da Declaração do Rio quanto ao termo “triple botton line”. Para o autor, não há como inferir que o Relatório de Brundtland, relacione o desenvolvimento sustentável unicamente com os três pilares, ou dimensões econômica, social e ambiental, citadas na tradução do inglês para o português. Como se as questões ambientais representassem apenas um terço do desenvolvimento sustentável. Segundo o autor, desenvolvimento e meio ambiente deveriam ser tratados como faces da mesma moeda. Ainda neste capítulo o autor enfatiza a importância do princípio da precaução, que é o 15º Princípio da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente. O autor conclui o capítulo afirmando que, ao invés de respeitar este princípio, o que move as negociações internacionais multilaterais ainda é o custo-benefício proposto pelas potências mundiais com base nas pressões internas de seus contextos políticos.

Por fim, no epílogo, o autor afirma que a desgovernança que abarca a sustentabilidade ainda deve perdurar por muito tempo. A causa, apontada pelo autor é o descompasso entre a atividade econômica e a ordem política. Enquanto a primeira vem sofrendo globalização acelerada, a segunda resiste calcada no aprofundamento da soberania nacional. O autor ainda enfatiza a importância da relação de coevolução dos EUA e China como fator determinantes para a governança global da sustentabilidade.

Lucelia Mildemberger

Mestre em Meio Ambiente Urbano e Industrial, graduada em Administração e docente dos cursos de graduação em gestão da Faculdade da Indústria – SJP
Especialista em Gestão da Qualidade e em metodologias de análise e resolução de problemas.
lucelia.mildemberger@sistemafiep.org.br

Recebido 18/02/2021

Aprovado em 06/06/2021